

**Parecer nº 205/99**

Data: 1999.11.24

Processo nº 738

**Requerente:** Instituto Superior Naval de Guerra

**1. O Pedido**

O Director do Instituto Superior Naval de Guerra, organismo das Forças Armadas – Marinha, integrado no Ministério da Defesa Nacional, solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer prévio “para que seja facultada cópia do relatório clínico pós-internamento referente ao 325999 2 GR SC SEN Víctor Manuel Martins da Silva”, que na sequência de um acidente de viação deu entrada na urgência do Hospital S Francisco Xavier no dia 13 de Setembro de 1999 e aí veio a falecer no dia 15 do mesmo mês.

Esclarece, ainda, o Instituto Superior Naval de Guerra, no ofício 496, de 99.10.25, que “o supra citado relatório clínico deverá constar em *processo por morte* instaurado ao abrigo do Despacho nº 42/85, de 21 de Junho, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada”, despacho esse de que se juntou fotocópia ao processo.

Foi obtida do Hospital de S Francisco Xavier a informação complementar de que “todos os dados clínicos dos doentes não se encontram em suporte informatizado, apenas em arquivo no respectivo processo clínico”.

**2. Apreciação**

2.1. O processo clínico de cada doente deverá considerar-se como integrado no acervo de documentos nominativos, por conterem dados pessoais, cujo acesso por terceiros é condicionado artigos 4º, nº 1, alínea c), 8º, nºs 1 e 2, e 15º, nº 2, da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho .

Segundo o artigo 8º, nº 1, da LADA, *os documentos nominativos são comunicados, mediante prévio requerimento, à pessoa a quem os dados*

*digam respeito, bem como a terceiros que daquela obtenham autorização escrita.*

*Fora dos casos previstos no número anterior – reza o nº 2 do mesmo preceito –, os documentos nominativos são ainda comunicados a terceiros que demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo, reconhecido em parecer prévio desta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos artigo 20º, nº 1, alínea c) .*

- 2.2. O objectivo da LADA é permitir aos cidadãos, como regra geral, o acesso aos documentos administrativos e restringi-lo apenas em casos excepcionais.

Todavia, o que está em apreciação não é o acesso de um particular a documentos detidos pela Administração, isto é, não se põe aqui a questão da concretização prática do princípio da administração aberta ao particular, consagrada no nº 2 do artigo 268º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e do qual a LADA se revela um desenvolvimento normativo.

A questão que, no caso vertente, verdadeiramente se coloca é a de saber se, nas relações inter-institucionais – neste caso, entre uma unidade militar e um hospital público – vale o quadro normativo a que se aludiu.

- 2.3. A LADA configura, como se disse, um desenvolvimento do princípio da administração desburocratizada e aberta, mormente aos direitos e legítimos interesses dos particulares. Isto não significa o apagamento do dever de colaboração das instituições entre si, salvaguardando, obviamente, o respeito pelos direitos e garantias que a CRP e a Lei consagram e que a todos – órgãos de soberania, particulares e Administração – vinculam (cf. artigos 18º, nº 1, e 35º, ambos da CRP)

E, neste domínio das relações inter-institucionais, hoje (após a alteração introduzida à LADA pela Lei nº 94/99, citada), compete à CADA *dar parecer sobre a comunicação de documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração* (como é, aliás, o caso), se houver dúvidas sobre a admissibilidade dessa revelação – cf. o seu artigo 20º, nº 1, alínea d).

- 2.4. A situação que está na base do presente parecer tem origem num pedido de acesso a “relatório clínico pós-internamento”, detido pelo Hospital de S Francisco Xavier, pedido esse feito pelo Instituto Superior Naval de Guerra para instrução de um “processo por morte” de um elemento militar que ali prestava serviço, em cumprimento de determinação constante de Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

O acesso a documentos, por parte de entidades públicas instrutoras de processos de averiguações de acidentes ocorridos com funcionários, com vista a ajuizar, nomeadamente, a responsabilidade do próprio face a terceiros ou destes em actos em que aquele tenha estado envolvido, situa-se no âmbito de regras jurídicas funcionais e orgânicas específicas e não se enquadra nas estritas normas que possibilitam – e, por vezes, condicionam – o acesso dos particulares aos documentos da Administração.

Assim, o acesso a informações clínicas directamente relacionadas com o acidente em questão são pertinentes para a instrução do processo de averiguações e apreciação do mesmo e indispensáveis ao apuramento das responsabilidades dele resultantes. Por isso, deverão ser comunicadas ao serviço ou organismo competente para a averiguação e, directamente, ao instrutor designado para o processo.

### **3. Conclusão**

Em razão de quanto foi dito, cumpre concluir o seguinte.

- 3.1. O Instituto Superior Naval de Guerra é uma unidade militar de um dos ramos das Forças Armadas – Marinha – integrado na estrutura do Ministério da Defesa Nacional;
- 3.2. Compete à CADA, nos termos do artigo 20º, nº 1, alínea d), da LADA, *dar parecer sobre a comunicação dos documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração em caso de dúvida sobre a admissibilidade dessa revelação (...)*;
- 3.3. Os dados pessoais em causa não se encontram arquivados em suporte informatizado, pelo que a questão do acesso aos mesmos não está

abrangida pela Lei nº 67/98, de 26 de Outubro, por remissão do disposto nos artigos 7º, nº 7, e 20º, nº 1, alínea d), da LADA;

- 3.4. Sendo o Instituto Superior Naval de Guerra o organismo onde a vítima prestava serviço à data da ocorrência, cabe-lhe instaurar o respectivo processo de averiguações, de acordo com o determinado por Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.
- 3.5. As informações clínicas solicitadas ao Hospital de S Francisco Xavier, directamente relacionadas com o acidente em questão, são elementos essenciais e indispensáveis à instrução do processo de averiguações;
- 3.6. Por isso, deverá o Hospital de S Francisco Xavier enviar directamente ao instrutor do processo o relatório clínico pedido pelo Instituto Superior Naval de Guerra.

4. É este, pois, o parecer da CADA.

Aprovado na sessão da CADA de 24 de Novembro de 1999.

*Renato Gonçalves* (Relator) – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Branca Amaral* –  
*Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)